Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil

Registo nº_____

Data___/_____/____

O Funcionário_____

Identificação do Requerente:					
Nome:					
Morada:					
Freguesia:				**Código Postal:**	-
NIF:		**Nº BI Ou Cidadão:**		**Válido até:**	___/___/_____
Telefone:		**Telemóvel:**		**Fax:**	
Email:					
Na Qualidade de	**Proprietário**	**Usufrutuário**	**Locatário**	**Superficiário**	**Outro**
	☐	☐	☐	☐	☐

Pretensão:			
Vem requerer ao abrigo do artigo 102º-A do RJUE, e dos artigos 47º, 48º, 49º e 50º do Regulamento Urbanístico do Municípios de Arganil – RUMA, a Legalização da operação urbanística referente a:			
Conservatória:		**Nº Registo Predial**	
Inscrito na matriz sob o(s) artigo(s)		**Morada:**	
Localidade			
Freguesia			

☐ **Sujeito ao regime de propriedade horizontal**

☐ **Que possui como antecedente o (s) processo nº /**

☐ **Não tem projeto inicial/Antecedentes**

Saneamento

Reservado aos Serviços

Lista de Documentos: de acordo com o artigo 48º do RUMA anexo I e nº15 da portaria nº 113/2015 de 22 de abril

- ☐ ☐ Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos, ou indicação do código de acesso à certidão permanente do registo predial; quando omissos, a respetiva certidão negativa do registo predial, acompanhada da caderneta predial onde constem os correspondentes artigos matriciais.
- ☐ ☐ Delimitação da área objeto da operação e sua área de enquadramento em planta de localização fornecida pela câmara municipal ou planta de localização à escala 1:1.000, com indicação das coordenadas geográficas dos limites da área da operação urbanística, no sistema de coordenadas geográficas utilizado pelo município;
- ☐ ☐ Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:200, ou de 1:500 no caso de loteamentos, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente (vias, passeios, estacionamentos, árvores e infraestruturas ou instalações aí localizadas, incluindo postes, tampas, sinalização e mobiliário urbano);
- ☐ ☐ Planta de implantação, desenhada sobre o levantamento topográfico, quando este for exigível, indicando a construção e as áreas impermeabilizadas e os respetivos materiais e, quando houver alterações na via pública, planta dessas alterações
- ☐ ☐ Memória descritiva contendo:

  a) Área objeto do pedido;
  b) Caracterização da operação urbanística;
  c) Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis;
  d) Justificação das opções técnicas e da integração urbana e paisagística da operação;
  e) Indicação das condicionantes para um adequado relacionamento formal e funcional com a envolvente, incluindo com a via pública e as infraestruturas ou equipamentos aí existentes;
  f) Programa de utilização das edificações, quando for o caso, incluindo a área a afetar aos diversos usos;
  g) Áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos, espaços verdes e outros espaços de utilização coletiva e respetivos arranjos, quando estejam previstas;

  h)Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis;
- ☐ ☐ Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projetos e coordenador do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- ☐ ☐ Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho

  Projeto de Arquitetura;

- ☐ ☐ Plantas à escala de 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas, usos de todos os compartimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário;
- ☐ ☐ Alçados à escala de 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores, materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam;
- ☐ ☐ Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:50 ou de 1:100 abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos;
- ☐ ☐ Pormenores de construção, á escala adequada, esclarecendo a solução construtiva adotada para as paredes exteriores do edifício e sua articulação com a cobertura, vãos de iluminação/ventilação e de acesso, bem como com o pavimento exterior envolvente.

Saneamento

- ☐ ☐ Discriminação das partes do edifício correspondente às várias frações e partes comuns, valor relativo de cada fração, expressa em percentagem ou permilagem, do valor total do prédio, caso se pretenda que o edifício fique sujeito ao regime da propriedade horizontal.
- ☐ ☐ Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto -Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º;
- ☐ ☐ Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel;
- ☐ ☐ Ficha de elementos estatísticos previstos na Portaria n.º 235/2013, de 24 de julho;
- ☐ ☐ Projeto de estabilidade, sendo substituído por termo de responsabilidade passado por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelos aspetos estruturais da obra realizada;
- ☐ ☐ Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica ou ficha eletrotécnica, caso o edifício já se encontre alimentado diretamente pela rede de distribuição e disso seja apresentada a respetiva prova;
- ☐ ☐ Projeto de instalação de gás, sendo substituído por certificado de inspeção de instalação de gás que ateste eu o edifício é servido pela rede gás;
- ☐ ☐ Projeto ITED, caso o edifício já se encontre alimentado diretamente pela rede de distribuição e disso seja apresentada a respetiva prova;
- ☐ ☐ Projeto de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, caso o edifício já se encontre com contrato de fornecimento de água;
- ☐ ☐ Estudo de comportamento térmico, caso o requerente apresente certificado emitido no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar no Interior dos Edifícios;
- ☐ ☐ Projeto de acondicionamento acústico, caso o requerente apresente certificado comprovativo da verificação, por ensaios, do cumprimento do Regulamento Geral do Ruído ou Termo de Responsabilidade passado por técnico legalmente habilitado para o efeito, em que este se responsabilize pelo cumprimento do Regulamento Geral do Ruído;
- ☐ ☐ Documento comprovativo da prestação de caução, quando aplicável;
- ☐ ☐ Elementos instrutórios em suporte digital, nos termos do nº 1 do anexo II da Portaria nº213/2015, de 22 de abril.
- ☐ ☐ Documentos comprovativos da data da realização da operação urbanística;

Outros:_____

Pede deferimento:

Assinatura:		**Data:**
O funcionário de Atendimento**:**		**Data:**

A não entrega das peças em falta no prazo de 15 dias úteis – contados do dia seguinte após a receção da notificação de convite de aperfeiçoamento – determina a rejeição do pedido conforme o nº 3 do artigo 11º do RJUE